

Mandala da sustentabilidade no turismo: um instrumento crítico e propositivo

Mandala of sustainability in tourism: a critical and purposeful instrument

João Paulo Faria Tasso, Elimar Pinheiro do Nascimento

Resumo

Nas últimas décadas, o uso do adjetivo “sustentável” tem se tornado trivial entre governos e diplomatas, nos meios corporativo e acadêmico, e até nas redes sociais. Seja estampando produtos, personalizando narrativas, criando diferenciais para serviços e processos, ou qualificando propostas políticas, o discurso da sustentabilidade se popularizou e se tornou um campo de disputas. No âmbito do turismo, não foi diferente. A premissa de fomento ao desenvolvimento turístico, pautado nos pressupostos da sustentabilidade, ganhou força entre representantes de grupos gestores de destinos. Todavia, o tratamento reducionista e, por vezes, equivocado, adotado por tais grupos gestores, acabou por suscitar políticas públicas pontuais e ineficazes em seus territórios, alicerçadas em achismos ou interesses particulares, com vistas ao aclamado título de “destino sustentável”. O objetivo deste capítulo é estimular a reflexão sobre a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento turístico dos territórios, a partir de um instrumento crítico e propositivo: a “*mandala da sustentabilidade no turismo*”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Desenvolveu-se uma revisão de literatura sobre sustentabilidade e turismo, a partir de reflexões de pesquisadores e de entidades com reconhecida atuação nos temas centrais. Como resultado principal foi elaborada uma proposta inicial de instrumento de planejamento turístico, desenvolvido para contribuir diretamente com grupos gestores locais/regionais do turismo. A mandala proposta é composta por 19 ramificações correspondentes às 7 dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica, política, cultural, territorial e tecnológica).

Palavras-chave: Sustentabilidade; Turismo Sustentável; Políticas Públicas; Mandala da Sustentabilidade no Turismo; Desenvolvimento Local.

Abstract

In recent decades, the use of the adjective “sustainable” has become commonplace among governments and diplomats, in corporate and academic circles, and even on social media. Whether stamping products, customizing narratives, creating differentials for services and processes, or qualifying political proposals, the sustainability discourse has become popular and has become a field of dispute. In the field of Tourism, it was no different. The premise of promoting tourism development, based on the assumptions of sustainability, gained momentum among representatives of destination management stakeholders. However, the reductionist and, at times, mistaken treatment adopted by these management groups, ended up delivering uneven and ineffective public policies in their territories, based on guesswork or private interests, intending an acclaimed title of “sustainable destination”. The objective of this chapter is to stimulate reflection on sustainability in the processes of tourism development in the territories, based on a critical and purposeful instrument: the “*mandala of sustainability in tourism*”. Therefore, exploratory research was carried out, with an applied nature and a qualitative approach. A review of the literature on sustainability and tourism was carried out, based on reflections by researchers and entities with recognized performance in the central themes. As a main result, an innovative and didactic tourist planning instrument was proposed and developed to contribute directly to local/regional tourism management groups. Composed of 19 branches corresponding to the 07 dimensions of sustainability (environmental, social, economic, political, cultural, territorial, and technological), the mandala is presented.

Keywords: Sustainability; Sustainable Tourism; Public Policies; Mandala of Sustainability in Tourism; Local Development.

Introdução

Seguramente, o adjetivo “sustentável” e o substantivo “sustentabilidade” se tornaram, nas últimas décadas, palavras triviais no cotidiano do meio acadêmico, de governos e diplomatas, das redes sociais e grande mídia, do mundo corporativo e, até mesmo, das mesas de bar. Seja estampando algum produto, criando diferencial para algum serviço ou processo, qualificando alguma proposta política, ou mesmo personalizando narrativas, a sustentabilidade e os elementos característicos de seu discurso se popularizaram.

Fato digno de entusiasmo, se não fosse pela evidência de tratamentos reducionistas e, por vezes, equivocados, por parte do *establishment*, de um conceito historicamente debatido e revisitado. Uma enorme simplificação do raciocínio (Solow, 1974), em que “o conceito é tão usado e abusado que se transformou num modismo, sem que seu conteúdo seja esclarecido ou criticamente definido” (Boff, 2017, p.38).

Ao invadir o vocabulário coloquial, a sustentabilidade “passou a servir a gregos e troianos quando querem exprimir vagas ambições de continuidade, durabilidade ou

perenidade” (Veiga, 2019, p. 05-06), ou mesmo para acentuar o comportamento de um indivíduo, de um grupo social ou de uma empresa, que segue um código ético de responsabilidade socioambiental. Como lembrou Boff (2011), hoje em dia é de bom tom falar de sustentabilidade.

Discursos e práticas, serviços e produtos, planos de governo e campanhas partidárias, portfólios e atribuições estéticas, passaram a adotar uma falsidade ecológica por meio de rótulos: *sustainable, responsible, eco, eco-friendly, earth friendly, green, certified green, all natural, bio, biofriendly, chemical free, zero emissions, 100% organic, greener, recycled, non-toxic, hormone-free*. Tendo como pano de fundo o discurso da sustentabilidade, ocultam processos de contaminação química de alimentos, estratégias políticas centradas no progresso econômico, e diversas ações de notória agressão à natureza, em razão do lucro, a partir de marketing comercial ilusório – *greenwashing* (Abramovay, 2012; Boff, 2017) e de planos de governo superficiais.

A verdade é que, a partir dos anos 1980, o termo “sustentável” passou a ser utilizado para qualificar o desenvolvimento – apresentado inicialmente no Relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987 (CNMAD, 1991) e legitimado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (Veiga, 2019) – tornou-se um campo de disputa, pela perspectiva de Bourdieu (1983). O conceito de desenvolvimento sustentável se tornou polissêmico, adotado por múltiplos discursos de organismos multilaterais, governos e políticos, movimentos sociais e empresários, que ora se opõem, ora se complementam, mas sempre condicionam suas posições e tomadas de decisão (Nascimento, 2012).

No âmbito do turismo, as discussões (e rótulos) sobre desenvolvimento e sustentabilidade também se fazem presentes. A ideia de “turismo sustentável” ganhou força no início da década de 1990 (Saarinen, 2006), dentre outras coisas, por conta da constatação de impactos negativos produzidos pelo setor, em escalas econômicas, socioculturais e em ambientes físicos (Leiper, 1995), tais como: intensiva utilização – reiteradamente predatória e imprudente – dos ativos naturais que compõem seus atrativos e a base de sustentação de muitas de suas atividades (Dias, 2008); processos de desenraizamento cultural pela desvalorização de atividades produtivas tradicionais locais, em razão do foco na “monocultura” do turismo (Valls, 2006); ampliação nos custos de vida para a população residente (Costa, 2013); saturação das capacidades de carga psicológica ou social (Liu, 2003); exclusão social e socioprodutiva, marginalização e baixa participação de comunidades locais nos benefícios econômicos do sistema produtivo (Irving et al, 2015; Krippendorf, 2001; Tasso, 2014), dentre outros.

Cada vez mais, grupos gestores de destinos turísticos provincianos ou consolidados, em todo o mundo, têm adotado, sob pressão ou não, a premissa de fomento ao desenvolvimento do turismo pautado nos pressupostos da sustentabilidade. Entretanto, pela falta de capital intelectual que lhes permitiria tratar, com propriedade, a complexidade do conceito e de suas múltiplas dimensões, pela carência por instrumentos estratégicos (para suporte ao planejamento, monitoramento e avaliação da sustentabilidade no turismo), e

pela gritante necessidade de inovação (nos processos de formulação de políticas públicas), acabaram por traçar ações públicas de intervenção apenas pontuais e ineficazes em seus territórios, alicerçadas em achismos ou interesses particulares, com vistas a um dito “destino sustentável” a ser publicizado.

Considerando o propósito ético do turismo de se tornar um instrumento de desenvolvimento humano e sustentável (Tasso, Moesch, Nobrega, 2021), o presente capítulo tem como objetivo central: estimular a reflexão sobre a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento turístico dos territórios, a partir de um instrumento crítico e propositivo, intitulado como a “*mandala da sustentabilidade no turismo*”. A partir daí, contribuindo para a adoção de políticas públicas mais eficazes e éticas para o bem comum.

Para tanto, a sua estrutura foi dividida a partir de três tópicos, afora esta Introdução e as Considerações Finais. No primeiro tópico, busca-se desmistificar o conceito de sustentabilidade, apresentando o “estado da arte” de sua concepção e suas dimensões fundamentais, a partir de pesquisadores com reconhecida contribuição e atuação no tema, tais como: Ignacy Sachs, José Eli da Veiga, Amartya Sen, Leonardo Boff, Herman Daly, Clovis Cavalcanti, Elimar Nascimento e Ricardo Abramovay. Já o segundo discorre sobre a estrutura metodológica utilizada, em especial, a proposta de estudo de natureza aplicada. Por fim, o terceiro tópico apresenta um desenho inicial do instrumento de planejamento turístico chamado “*mandala da sustentabilidade no turismo*”, desenvolvido a partir da análise de contribuições e reflexões de pesquisadores do tema (Lesley France, Hansruedi Müller, Richard Sharpley, Jackie Clarke, Colin Hunter, Brian Garrod, Enoque Fyall, Reinaldo Dias, Stephen McCool e Keith Bosak, John Swarbrooke, Mario Beni, Helena Costa, Jost Krippendorf, dentre outros), para contribuir diretamente com grupos gestores locais do turismo.

Desmistificando o Conceito de Sustentabilidade e de suas Dimensões

Diferentemente da clássica e habitual prática científica que encabeça as reflexões sobre a sustentabilidade e a sua aplicação junto ao desenvolvimento, percorrendo por meio da apresentação de fatos históricos acerca do que se entende que ela é, partiremos aqui pelo fim: por observações sobre o que não é (ou que não poderia ser entendido como) sustentabilidade.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que, por mais que a noção de sustentabilidade tenha se convertido em uma espécie de mantra da atualidade (Cavalcanti, 2012a), repetidamente utilizada em discursos relacionados ao desenvolvimento, não há um conceito único, padrão, coeso e homogêneo. Na verdade, há um verdadeiro oceano de definições que abordam o tema das mais distintas maneiras (Pearce et al. 1989; Wackermann, 2008).

Sustentabilidade também não é sinônimo de conquista na independência, nem no isolamento. É fato incontestável que todos somos urgidos a desenvolver um sentimento de *interdependência global*, pois, na natureza, estamos unidos por laços de clara dependência, inclusive intergeracional, que demandam compromissos pautados em condutas de

responsabilidade universal (Boff, 2017).

Entende-se, também, que a sustentabilidade não é uma proposta a ser reduzida ao crescimento e pujança econômica. Em outras palavras, preconizar o afamado “*crescimento sustentável*” é subestimar as dimensões físicas do ecossistema terrestre, que é finito, não-crescente e materialmente fechado, ou seja, uma tradução de um mau oxímoro (Cavalcanti, 2012b; Daly, 2004; Latouche, 2006).

Da mesma forma, a sustentabilidade não é um princípio circunscrito a um pensamento que considere apenas as *macrorrealidades*, desprezando as singularidades – cultura, hábitos e formas de organização – dos sistemas locais e regionais, próprios de cada país (Boff, 2017). Muito menos, deve ser entendida como um discurso panfletário verde, empregado reiteradamente no meio corporativo por empresas que, conduzidas pelo objetivo de ampliação de seu capital reputacional (Abramovay, 2021), de sua robustez competitiva e de seus lucros, assumem comportamentos e iniciativas enganosas e ilusórias, apresentadas e publicizadas como “(socio)ambientalmente responsáveis”¹. Esta prática, conhecida como *greenwashing* (Delmas & Burbano, 2011; Pagotto, 2013; Pearse, 2012), evidencia o devaneio de crescimento de consciência socioambiental corporativa que “não é acompanhado na mesma medida de comportamentos que indiquem mudanças significativas de hábitos ou atitudes” (Crespo, 2006, p.7). Dessa forma, a adoção do discurso retórico da sustentabilidade por *free-riders* – “caroneiros” da narrativa, que disfrutam do bem coletivo sem colaborar com o seu provimento (Olson, 1999) – dá-se, unicamente, pelo propósito de conquistar vantagens materiais e simbólicas.

Outro equívoco no uso cotidiano do conceito de sustentabilidade, e particularmente no campo do turismo, é compreendê-lo como um instrumento de classificação dicotômica: “é sustentável” *versus* “não é sustentável”. Por mais diversas e efetivas que possam ser as ações de intervenção voltadas à melhoria das condições sociais, ambientais e/ou econômicas de um território, certamente seria impróprio atribuir o rótulo “sustentável” à sua imagem. A razão? Sustentabilidade não é um fim em si, nem uma tipologia ou segmento (Clarke, 1997), como se esforçam gestores locais para publicizar e exaltar os destinos como de “turismo sustentável”. Nem mesmo há um instrumento que defina, dentro de um padrão estático, se destinos turísticos são, ou não são, sustentáveis (Costa, 2009). A rigor, não há turismo sustentável, pelo menos por enquanto. O turismo, em geral, implica em deslocamento e emissão de dióxido de carbono (CO₂), frequentemente. Basta isso para eliminar o adjetivo “sustentável”.

Por fim, o descuido mais ordinário na prática interpretativa sobre a sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento: fomentar a ideia de que se trata de um conceito pautado em três “pilares”. Esta terminologia – adotada no Brasil após a meritória publicação “*Canibais com Garfo e Faca*”, de autoria do britânico John Elkington (1997) – tentou (e falhou em) reproduzir a tradução dos três “pês” – *Profit, People, Planet* – expressos e propostos na obra como o *Triple Bottom Line*. E qual o equívoco em se adotar a expressão “pilares” no entendimento da sustentabilidade? Ao se considerar como “pilares” os três aspectos fundamentais para garantia da sustentabilidade, gera-se uma percepção de que

os mesmos se encontram dissociados uns dos outros. Um erro crasso, já que o princípio vital da sustentabilidade é perceber que tais “dimensões” (estas sim) coexistem, são interdependentes e inseparáveis. Por isso, a imagem de pilares, que é algo material, físico e concreto, não admite a fluidez necessária às conexões materiais e imateriais que a noção de sustentabilidade demanda.

Mas, afinal, o que é sustentabilidade? Quais características elementares de sua essência devem ser consideradas no processo de formulação de políticas públicas? Por certo, não há uma resposta simples, muito menos definitiva, o que pressupõe a necessidade de máximo cuidado com os vulgares abusos que vêm sendo cometidos no emprego da expressão (Veiga, 2019). A carência de bases científicas para o conceito de sustentabilidade, apesar de esforços meritórios (Clark & Harley, 2020), obriga-nos a uma navegação cuidadosa.

De antemão, é importante considerar que o conceito de sustentabilidade, do ponto de vista político, é polissêmico (Nascimento, 2012), condicionado às posições de governos, empresários, movimentos sociais e organismos, e ao contexto ideológico e sociopolítico vigente, dentro de um campo de disputa de forças (Nascimento & Costa, 2010; Nobre & Amazonas, 2002). Vale lembrar que, nos anos 1980, a noção de sustentabilidade foi colocada sob suspeita por adeptos do culto ultraliberal aos mercados, e também por seus opositores que, temerosos com o avanço nos debates sobre temas ambientais, preocupavam-se com a concorrência frente às suas prioridades sociais (Veiga, 2019).

Seja ele entendido, dentro da vertente do Desenvolvimento Sustentável, como uma ideia poderosa (Redclift, 1987), uma nova ideologia (Baudin, 2009), um discurso (Machado, 2005), um conceito político-normativo (Nobre & Amazonas, 2002), um vetor de objetivos sociais desejáveis (Faucheux & Nöel, 1995), um novo valor (Veiga, 2010), uma forma de ampliação das oportunidades e das liberdades humanas (Sen, 1999), uma ambiguidade conceitual (O’Riordan, 1993), ou mesmo uma fraude (Richardson, 1997), sabe-se que há uma adesão universal ao seu debate (Cavalcanti, 2012a).

O certo é que a sustentabilidade possui uma ideia motora, ramificada por princípios basilares que compõem a espinha dorsal de seu conceito:

- A sustentabilidade é baseada em um duplo imperativo ético: solidariedade sincrônica com a geração atual e solidariedade diacrônica com as gerações futuras (Sachs, 2008). Portanto, ela se dissocia das propostas de crescimento econômico desenfreado e consumo vertiginoso, simbolizadas pelo modo de produção vigente, que toma como referência de progresso o aumento do Produto Interno Bruto (PIB)², enquanto exaure os recursos naturais e conduz ao agravamento da crise ambiental, a qual aponta para uma clara degradação das condições de vida no planeta (Nascimento, 2012; Veiga & Issberner, 2012). Esse princípio, sobretudo o intergeracional, consagrado no relatório da ONU e dirigido por Gro Brundtland, está inspirado em princípios jurídicos medievais (Marquardt, 2006);
- A sustentabilidade prima pelo atendimento aos múltiplos direitos humanos (Sachs, 2008): políticos; civis; cívicos; econômicos, sociais e culturais (entre eles o direito ao

trabalho digno); e coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento (Martinez-Alier, 2012; Sen, 1999; Sengupta, 2002);

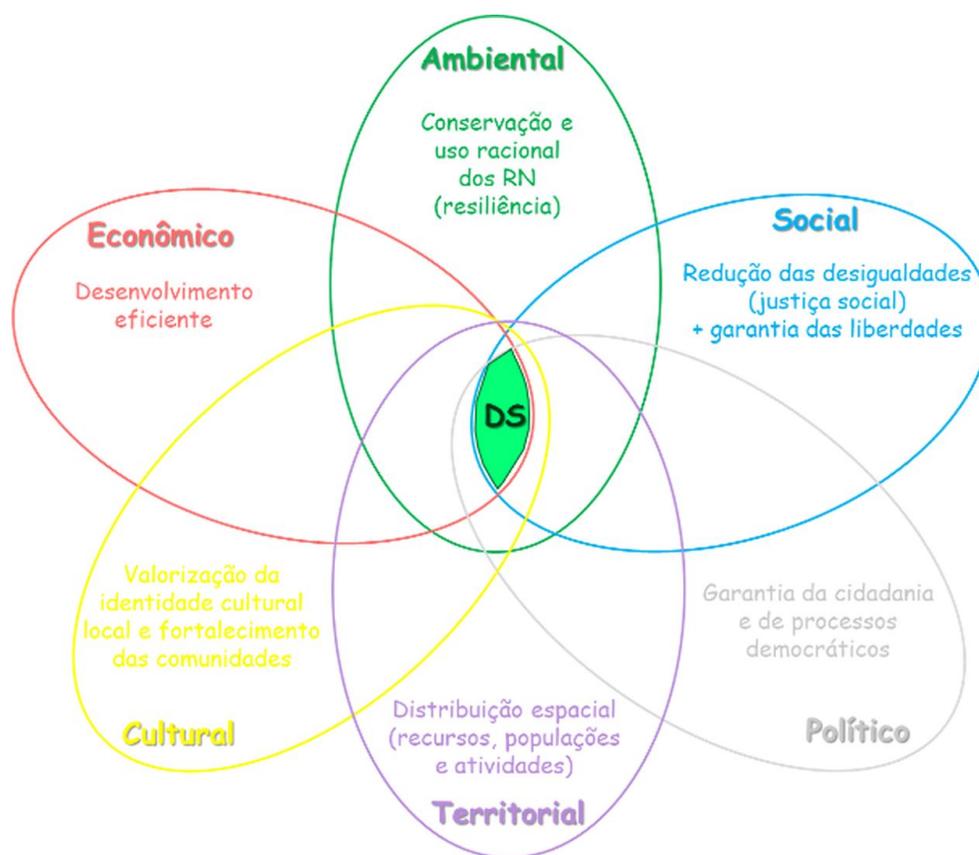
- A sustentabilidade é sistêmica, ou seja, só admite ser pensada a partir do envolvimento comum e equânime de todo o planeta, e em todos os níveis (local, regional, nacional e global), garantindo que os custos e os benefícios sejam proporcional e solidariamente repartidos (Boff, 2017);
- A sustentabilidade é um meio (e não um fim em si) (Eagles, citado por McCool & Bosak, 2016), um processo, um caminho que possa motivar a criação de estratégias responsáveis voltadas ao desenvolvimento humano. Por isso, pode e deve ser mensurada, partindo da proposição de indicadores não monetários (Daly & Cobb, 1989) que avaliem o grau de sustentabilidade (Faucheux & Noël, 1995) do objeto de análise, quebrando com a dicotomização do discurso simplista representado pelo “é (não é) sustentável” (Wackernagel & Rees, 1996);
- A sustentabilidade é algo mais do que um discurso, um rótulo, um slogan ou uma expressão emotiva (Solow, 1993). Pressupõe ações concretas e efetivas voltadas à preservação dos ecossistemas e de todos os elementos – físicos, ecológicos e químicos – que permitem a reprodução da vida, o atendimento das necessidades das gerações atual e futuras, e a manutenção das potencialidades da civilização humana alinhadas aos limites de cada bioma (Boff, 2017);
- A sustentabilidade é multidimensional (Sachs, 2007), visto que é conduzida por uma lista de atributos – de ordem social, ecológica, econômica, política, cultural, territorial etc. – os quais a sociedade pretende maximizar ou alcançar (Faucheux & Noël, 1995). Importante reforçar que tais dimensões são interdependentes e indissociáveis em um processo cujo propósito é o desenvolvimento sustentável.

No entanto, apesar de ser frequente (e mesmo aqui o utilizamos), a sustentabilidade não se confunde com desenvolvimento sustentável, pois este é um dos macroatores do campo da sustentabilidade. Aliás, o termo sustentabilidade está ausente do início das discussões sobre os limites do crescimento. A palavra não consta do famoso livro de 1972, *Limits to Growth*, e começou a ser utilizada, modernamente, em 1979, embora em tempos pretéritos tenha sido citada, em 1713, na Alemanha, pelo jurista Hans Carlowitz (Marquardt, 2006).

Quanto à última característica, supracitada, destaca-se que a sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento é composta essencialmente por seis dimensões³: ambiental, econômica, social, cultural, política e territorial (Figura 1). As especificidades de cada uma delas são descritas na Tabela 1, a seguir.

Figura 1

Dimensões da Sustentabilidade



Quadro 1

Especificidades das Dimensões da Sustentabilidade

| Dimensões | Breve descrição |
|-----------|--|
| Ambiental | Conservação e uso racional dos recursos naturais (capital natural), respeitando e realçando a capacidade de resiliência dos ecossistemas, assegurando a produção de recursos renováveis, e limitando ou proibindo o uso de recursos não-renováveis. |
| Social | Distribuição justa de renda, erradicação da pobreza, viabilização de oportunidades de pleno emprego e/ou de trabalho autônomo com qualidade de vida decente, garantia de liberdade e de igualdade no acesso aos serviços sociais e a recursos, e alcance de um patamar razoável de homogeneidade social e o mínimo necessário para uma vida digna, o que implica em redução das desigualdades sociais e regionais. |

| Dimensões | Breve descrição |
|------------------|---|
| Econômica | Equilíbrio no desenvolvimento econômico intersetorial, com capacidade de contínua inovação tecnológica dos instrumentos de produção visando a ampliação da ecoeficiência, e garantia de viabilidade econômica por meio do afastamento de matrizes fósseis de energia (carvão, gás e petróleo) e de desmaterialização da economia. Desenvolver atividades econômicas com respeito a natureza, utilizando material reutilizável, reciclável, não tóxico, sem obsolescência programada, com mais produtividade, buscando a descarbonização e desmaterialização da economia – Economia Criativa (Messias & Nascimento, 2020). |
| Cultural | Mudança de valores e de comportamentos, com capacidade de reverter padrões de consumo e estilos de vida, substituindo, por exemplo, o “consumir (ter mais)” pelo “usufruir (ter melhor)”, a “instantaneidade da moda” pela “durabilidade do produto”. Equilíbrio entre respeito à tradição/identidade e a inovação, primando pela autonomia e fortalecimento de grupos comunitários marginalizados, valorizando suas atividades produtivas tradicionais. |
| Territorial | Balanceamento de configurações urbanas e rurais, com superação de disparidades inter-regionais, aperfeiçoamentos no ambiente urbano, e melhor distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades. Além da criação de estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguro para áreas ecologicamente frágeis. Estimular as mudanças urbanas no sentido de transformar as cidades em produtoras de alimentos e de energia, poupadoras do uso de águas, com mobilidade inteligente e centros de inovação tecnológica, e uma configuração que estimule o não-transporte e assegure o transporte ativo. |
| Política | Garantia da cidadania, por meio da criação de espaços democráticos de diálogo e participação, do estabelecimento de processos decisórios (governança) inclusivos, e do combate à exploração violenta pelo poder concentrado. Respeito à diversidade humana e os direitos fundamentais dos humanos. |

Nota. Fonte: Adaptado de Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond; Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond; Nascimento, E.P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26 (74).

Finalmente, faz-se mister destacar que outras muitas dimensões significativas – como a generosidade, a gestão da mente sustentável, a neuroplasticidade do cérebro e o cuidado essencial (Boff, 2017) – já foram concebidas por muitos pesquisadores do campo da sustentabilidade. Em nossa proposta, decidimos por restringir às seis dimensões apresentadas.

Metodologia

O presente capítulo foi estruturado a partir de pesquisa de caráter exploratório, natureza aplicada e abordagem qualitativa. Objetivando estimular a reflexão sobre a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento turístico dos territórios, busca explorar o objeto, explicitando-o e construindo hipóteses para aplicação efetiva (Gerhardt & Silveira, 2009; Gil, 2008). A abordagem qualitativa foi definida, como base do arranjo metodológico, pois a preocupação se deu no aprofundamento de conceitos e dados levantados e analisados, que representam um universo de significados, fenômenos e processos para além da redução operacional de variáveis ou representatividades numéricas (Goldenberg, 1999; Minayo, 2001).

Para tanto, é realizada uma proposta inicial de instrumento de planejamento turístico – “*Mandala da sustentabilidade no turismo*” – estruturado a partir de revisão de literatura (estado da arte) quanto aos conceitos centrais do debate: sustentabilidade e turismo. A partir da busca em bases de periódicos nacionais e internacionais (como SciELO e Periódicos Capes), foram consideradas as reflexões e contribuições de pesquisadores e de entidades com reconhecida atuação nos temas, dentre eles:

- Sustentabilidade: Ignacy Sachs, José Eli da Veiga, Amartya Sen, Leonardo Boff, Herman Daly, Clovis Cavalcanti, Elimar Nascimento, Ricardo Abramovay, Gabriel Wackermann;
- Turismo Sustentável: Lesley France, Hansruedi Müller, Richard Sharpley, Jackie Clarke, Colin Hunter, Beatriz Lage e Paulo Milone, Doris Ruschmann, Brian Garrod, Enoque Fyall, Reinaldo Dias, Stephen McCool e Keith Bosak, John Swarbrooke, Mario Beni, Helena Costa, Jost Krippendorf, ICRT, UNWTO, OCDE e Pro-Poor Tourism Partnership.

As informações que compuseram a base de reflexão teórica foram sistematizadas e adaptadas para integrarem cada uma das 19 ramificações correspondentes às 7 dimensões da sustentabilidade no turismo, assim definidas: ambiental, social, econômica, cultural, territorial, política e tecnológica.

Mandala da Sustentabilidade no Turismo

O turismo é um fenômeno social complexo, um sistema reconhecido, dentre outras coisas, por sua transversalidade, multidimensionalidade, interdisciplinaridade, multisetorialidade e dinamicidade (Beni, 2003, 2020; Moesch, 2004; Molina, 1998). Ainda que acadêmicos, ativistas e planejadores tenham começado a considerar, apenas no final da década de 1980, aplicar o conceito de sustentabilidade ao campo do turismo – frente às discussões acaloradas derivadas da publicação do Relatório Brundtland (1987) e da Conferência do Rio (1992) – as sementes do conceito de “turismo sustentável” foram plantadas antes disso (McCool & Bosak, 2016).

O reconhecimento de impactos negativos, principalmente sobre o sistema natural (Dias, 2008), atribuídos ao crescimento desenfreado de um modelo massificado e desordenado

de turismo (Cooper & Ozdil, 1992; Swarbrooke, 2000), ocorreu paralelamente à eclosão dos debates sobre os limites ecológicos globais da década de 1970 (Sharpley, 2000). Por consequência, o turismo passou a ganhar novas proposições e concepções diametralmente opostas àquelas enraizadas no modelo predatório de turismo de massa, ou seja, centradas na prudência com o meio ambiente, na autonomia e participação da população residente, no respeito às identidades culturais, e realizado em menor escala. Surgiram, então, novas tipologias: *turismo alternativo* (Kilipiris & Zadava, 2012); *ecoturismo*; *turismo verde*; *turismo responsável* (ICRT, 2014); dentre outras (Meler & Ham, 2012).

O conceito de turismo sustentável, como convencionalmente é retratado na contemporaneidade, surgiu da convergência de duas correntes que se desenvolveram no final do século XX. A primeira surgiu da própria ampliação das atividades turísticas e da percepção social crescente sobre os impactos positivos e negativos, sociais e ambientais, delas provenientes. E a outra corrente, originada pela emergência do desenvolvimento internacional, em que agências (governamentais, não-governamentais e intergovernamentais) se debruçaram em buscar por melhorias econômicas de países em desenvolvimento (McCool & Bosak, 2016).

No intuito de apresentar descrições holísticas capazes de reproduzir a base de entendimento e de orientação para o turismo sustentável, pesquisadores, organismos (nacionais e internacionais) e entidades (públicas e privadas) fixaram suas atenções em ampliar o debate e pontuar uma multiplicidade de elementos, tidos como indispensáveis à nova concepção de turismo. Ao tempo em que o relevante exercício ampliou a criticidade das reflexões e despertou olhares para aspectos até então preteridos, também complexificou a atuação de gestores turísticos, preocupados em incorporar os pressupostos da sustentabilidade em suas estratégias. Dentre outras coisas, pela indisponibilidade de apropriados instrumentos de planejamento turístico, capazes de orientar grupos gestores locais/regionais quanto aos princípios da sustentabilidade a serem acrescidos, monitorados e avaliados nas políticas públicas de desenvolvimento territorial.

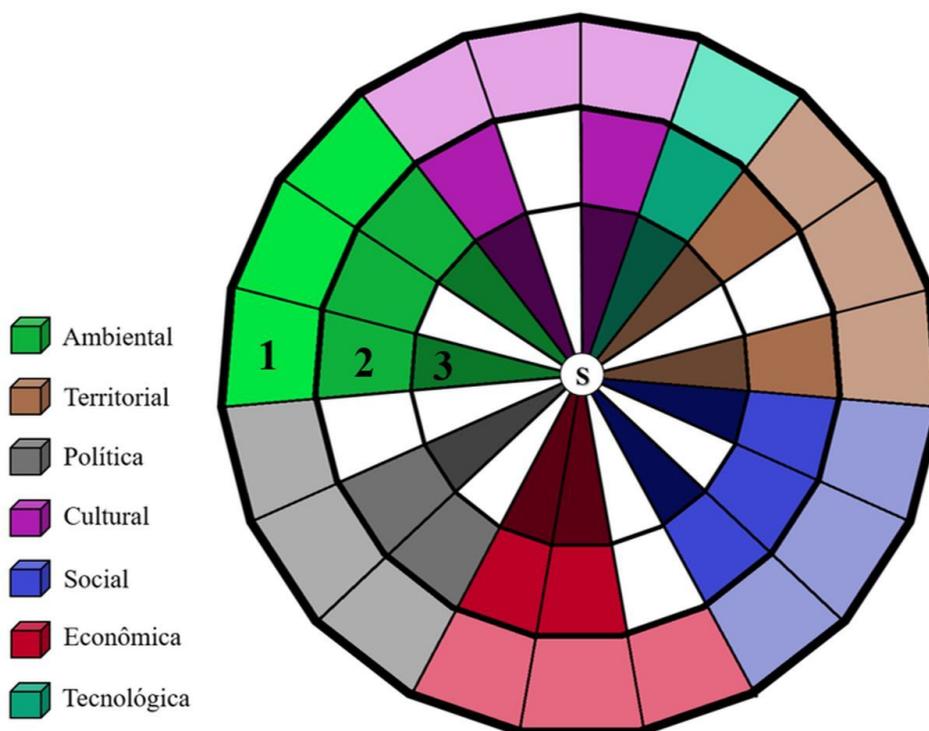
Vislumbrando o preenchimento desta lacuna, comum a vários destinos turísticos nacionais e internacionais, propõe-se uma ferramenta: a *mandala da sustentabilidade no turismo*. Trata-se de um mecanismo de planejamento e suporte a grupos gestores de turismo – locais, regionais e estaduais – concebido a partir de ampla revisão de literatura sobre as dimensões que refletem o tema central (turismo e sustentabilidade), que buscou ser estruturado de forma simples e didática.

Vale destacar que a *mandala* não foi idealizada para ser aplicada como um quadro rígido a qualquer realidade, tendo como propósito classificar/rotular destinos como “sustentáveis”, mas sim auxiliá-los a caminharem no sentido da sustentabilidade. Reforça-se que a sustentabilidade não é um atributo, um evento ou um fato, mas sim um processo em permanente construção, sujeito a aperfeiçoamentos (Costa, 2013). A *mandala* se configura como instrumento que compreende o turismo sustentável como um paradigma que deve se adaptar e legitimar uma ampla variedade de abordagens, de acordo com circunstâncias específicas (Hunter, 2002).

A base definida de sua estrutura, no entanto, está pautada em sete (07) dimensões da Sustentabilidade (Figura 2), devidamente adaptadas ao contexto do turismo, considerando as contribuições e debates sobre turismo sustentável. São elas: ambiental, territorial, política, cultural, social, econômica e tecnológica.

Figura 2

Mandala da Sustentabilidade no Turismo



Para que o resultado a ser apresentado pela *Mandala da sustentabilidade no turismo* seja coerente com a realidade territorial analisada, seu preenchimento – a partir de critérios por dimensão e de classificações (1 a 3) – deve ocorrer por meio de espaços abertos e democráticos de diálogo com, preferencialmente, representantes das comunidades locais, poder público, setor produtivo (empresários), terceiro setor e demais interessados em contribuir com a reflexão.

Ao final do preenchimento da *Mandala da sustentabilidade no turismo*, como no exemplo da Figura 2, o grupo gestor territorial terá a capacidade de identificar – visualmente, inclusive – lacunas estruturantes em cada dimensão (espaços em branco), que deverão ser preenchidas a partir do planejamento turístico local/regional, da formulação de novas políticas públicas e de outras ações de intervenção direcionadas à sustentabilidade.

Os critérios de orientação ao preenchimento para cada dimensão estão explicados a seguir:

AMBIENTAL

Controle da Visitação em Áreas Naturais Protegidas

(1) Não realiza: Não há nenhuma ação de controle do acesso de visitantes (turistas ou moradores) às áreas naturais protegidas (Unidades de Conservação; Reservas Legais; Áreas);

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas ações de controle do acesso de visitantes (turistas ou moradores) às áreas naturais protegidas (Unidades de Conservação; Reservas Legais; Áreas de Preservação Permanente), porém, que carecem de melhorias e/ou que precisam ser ampliadas;

(3) Realiza totalmente: Há total controle do acesso de visitantes (turistas ou moradores) às áreas naturais protegidas (Unidades de Conservação; Reservas Legais; Áreas).

Educação Ambiental

(1) Não realiza: Não é realizada nenhuma ação de conscientização e/ou de sensibilização de turistas e de moradores sobre a prudência, o cuidado e o respeito no uso de áreas naturais;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas ações de conscientização e/ou de sensibilização de turistas e de moradores sobre a prudência, o cuidado e o respeito no uso de áreas naturais, porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas diversas e eficazes ações de conscientização e/ou de sensibilização de turistas e de moradores sobre a prudência, o cuidado e o respeito no uso de áreas naturais.

Monitoramento e Avaliação dos Impactos sobre o Meio Ambiente

(1) Não realiza: Não é realizada nenhuma ação de monitoramento e de avaliação dos impactos da visitação sobre o meio ambiente;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas ações de monitoramento e de avaliação dos impactos da visitação sobre o meio ambiente, porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas diversas e eficazes ações de monitoramento e de avaliação dos impactos da visitação sobre o meio ambiente.

ECONÔMICA

Integração entre Turismo e a Economia Local

(1) Não realiza: Não há nenhuma iniciativa efetiva de estímulo e de valorização da produção local (como a pesca artesanal, a agricultura familiar, o artesanato típico, entre

outros), como forma de fortalecimento da inclusão socioprodutiva no turismo e de modelos de comercialização ética, justa e solidária;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas iniciativas de estímulo e de valorização da produção local (como a pesca artesanal, a agricultura familiar, o artesanato típico, entre outros) como forma de fortalecimento da inclusão socioprodutiva no turismo e de modelos de comercialização ética, justa e solidária, porém, que carecem de melhorias e/ou que precisam ser ampliadas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas diversas e eficazes iniciativas de estímulo e de valorização da produção local (como a pesca artesanal, a agricultura familiar, o artesanato típico etc.), como forma de fortalecimento da inclusão socioprodutiva no turismo e de modelos de comercialização ética, justa e solidária.

Criação de Oportunidades de Empregos Dignos para a Comunidade Residente e Direitos Trabalhistas Assegurados

(1) Não cria, nem garante: As oportunidades de vagas de emprego criadas no turismo não são, em sua maioria, direcionadas e preenchidas por indivíduos da comunidade residente. A maioria dos empregos no turismo não assegura direitos trabalhistas fundamentais (como 13° salário, FGTS, férias remuneradas, adicional por hora extra trabalhada, jornada de trabalho adequada, entre outros);

(2) Cria, mas não garante: As oportunidades de vagas de emprego criadas no turismo são, em sua maioria, direcionadas e preenchidas por indivíduos da comunidade residente, porém, a maioria dos empregos no turismo não assegura direitos trabalhistas fundamentais (como 13° salário, FGTS, férias remuneradas, adicional por hora extra trabalhada, jornada de trabalho adequada, entre outros);

(3) Cria e garante: As oportunidades de vagas de emprego criadas no turismo são, em sua maioria, direcionadas e preenchidas por indivíduos da comunidade residente. A maioria dos empregos no turismo assegura direitos trabalhistas fundamentais (como 13° salário, FGTS, férias remuneradas, adicional por hora extra trabalhada, jornada de trabalho adequada, entre outros).

Combate à Exclusão Socioeconômica e Distribuição Equitativa da Renda

(1) Não realiza: Não é realizada nenhuma ação de estímulo e de suporte (técnico, logístico, jurídico e financeiro) às micro e pequenas empresas, ao empreendedorismo individual e/ou comunitário (Ex: Turismo de Base Comunitária – TBC) e à qualificação profissional para atuação em todos os níveis do setor de turismo;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas ações de estímulo e de suporte (técnico, logístico, jurídico e financeiro) às micro e pequenas empresas, ao empreendedorismo individual e/ou comunitário (Ex: Turismo de Base Comunitária – TBC) e à qualificação profissional para atuação em todos os níveis do setor de turismo, porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas diversas e eficazes ações de estímulo e de suporte (técnico, logístico, jurídico e financeiro) às micro e pequenas empresas, ao empreendedorismo individual e/ou comunitário (Ex: Turismo de Base Comunitária – TBC) e à qualificação profissional para atuação em todos os níveis do setor de turismo.

SOCIAL

Garantia de Liberdade e de Igualdade no Usufruto das Áreas de Interesse Turístico

(1) Não garante: Não há nenhuma regulamentação/normativa vigente que combata ações concretas de privação ao acesso e usufruto de áreas comuns;

(2) Garante parcialmente: Existe regulamentação/normativa vigente que combata ações concretas de privação ao acesso e usufruto de áreas comuns, porém, que carece de fiscalização e cumprimento;

(3) Garante totalmente: Existe regulamentação/normativa vigente que combata ações concretas de privação ao acesso e usufruto de áreas comuns, devidamente fiscalizada e cumprida.

Desenvolvimento de Políticas Públicas de Inclusão Social

(1) Não desenvolve: Não são desenvolvidas políticas efetivas de inclusão social voltadas à garantia de direitos e atenção às demandas e ao bem-estar de indivíduos e de grupos socialmente excluídos, tais como: pessoas com deficiência; comunidade LGBTQIAPN+; moradores de rua e em situações de vulnerabilidade; populações originárias (negra, indígena, quilombola etc.); mulheres; dentre outras;

(2) Desenvolve parcialmente: São desenvolvidas políticas efetivas de inclusão social voltadas à garantia de direitos e atenção às demandas e ao bem-estar de indivíduos e de grupos socialmente excluídos, tais como: pessoas com deficiência; comunidade LGBTQIAPN+; moradores de rua e em situações de vulnerabilidade; populações originárias (negra, indígena, quilombola etc.); mulheres; dentre outras. Porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Desenvolve totalmente: São desenvolvidas múltiplas e efetivas políticas de inclusão social voltadas à garantia de direitos e atenção às demandas e ao bem-estar de indivíduos e de grupos socialmente excluídos, tais como: pessoas com deficiência; comunidade LGBTQIAPN+; moradores de rua e em situações de vulnerabilidade; populações originárias (negra, indígena, quilombola etc.); mulheres; dentre outras.

Contenção das Perturbações Sociais

(1) Não realiza: Não são formulados, nem executados, planos estratégicos de contenção dos impactos negativos do turismo sob o contexto social, tais como: crescimento da exploração sexual de crianças e de adolescentes; aumento da violência e do tráfico de

drogas nas cidades; expansão dos processos de favelização; desenvolvimento da sensação generalizada de insegurança; transformação do cenário bucólico e dos modos de vida tradicionais, dentre outros;

(2) Realiza parcialmente: São identificados alguns planos estratégicos de contenção dos impactos negativos do turismo sob o contexto social, tais como: crescimento da exploração sexual de crianças e de adolescentes; aumento da violência e do tráfico de drogas nas cidades; expansão dos processos de favelização; desenvolvimento da sensação generalizada de insegurança; transformação do cenário bucólico e dos modos de vida tradicionais, dentre outros. Porém, ainda não executados, ou insatisfatórios, ineficazes e/ou pouco expressivos;

(3) Realiza totalmente: São identificados planos estratégicos de contenção dos impactos negativos do turismo sob o contexto social, tais como: crescimento da exploração sexual de crianças e de adolescentes; aumento da violência e do tráfico de drogas nas cidades; expansão dos processos de favelização; desenvolvimento da sensação generalizada de insegurança; transformação do cenário bucólico e dos modos de vida tradicionais; dentre outros. Em sua maioria, encontram-se em execução, com resultados satisfatórios, eficazes e/ou expressivos.

CULTURAL

Proteção, Promoção e Conservação do Patrimônio Cultural Material⁴ (Local e Regional)

(1) Não realiza: Não é realizado nenhum investimento público direcionado à proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural material do território, como, por exemplo, pela realização de: inventários; tombamentos; registros; desapropriações; vigilância; plano de salvaguarda; plano de divulgação; plano de combate ao etnocídio; plano de conservação da memória cultural e fortalecimento de costumes, tradições e crenças originários; dentre outros;

(2) Realiza parcialmente: São realizados alguns investimentos públicos direcionados à proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural material do território, como, por exemplo, pela realização de: inventários; tombamentos; registros; desapropriações; vigilância; plano de salvaguarda; plano de divulgação; plano de combate ao etnocídio; plano de conservação da memória cultural e fortalecimento de costumes, tradições e crenças originários; dentre outros. Porém, insatisfatórios, ineficazes e/ou pouco expressivos;

(3) Realiza totalmente: São realizados diversos e eficazes investimentos públicos direcionados à proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural material do território, como, por exemplo, pela realização de: inventários; tombamentos; registros; desapropriações; vigilância; plano de salvaguarda; plano de divulgação; plano de combate ao etnocídio; plano de conservação da memória cultural e fortalecimento de costumes, tradições e crenças originários; dentre outros.

*Proteção, Promoção e Conservação do Patrimônio Cultural Imaterial*⁵ (Local e Regional)

(1) Não realiza: Não é realizado nenhum investimento público direcionado à proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural imaterial do território, como, por exemplo pela realização de: inventários; tombamentos; registros; desapropriações; vigilância; plano de salvaguarda; plano de divulgação; plano de combate ao etnocídio; plano de conservação da memória cultural e fortalecimento de costumes, tradições e crenças originários; dentre outros;

(2) Realiza parcialmente: São realizados alguns investimentos públicos direcionados à proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural imaterial do território, como, por exemplo pela realização de: inventários; tombamentos; registros; desapropriações; vigilância; plano de salvaguarda; plano de divulgação; plano de combate ao etnocídio; plano de conservação da memória cultural e fortalecimento de costumes, tradições e crenças originários; dentre outros. Porém, insatisfatórios, ineficazes e/ou pouco expressivos;

(3) Realiza totalmente: São realizados diversos e eficazes investimentos públicos direcionados à proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural imaterial do território, como, por exemplo pela realização de: inventários; tombamentos; registros; desapropriações; vigilância; plano de salvaguarda; plano de divulgação; plano de combate ao etnocídio; plano de conservação da memória cultural e fortalecimento de costumes, tradições e crenças originários; dentre outros.

Educação Patrimonial

(1) Não realiza: Não é realizada nenhuma ação de sensibilização de turistas e de moradores que tenha como propósito o estímulo ao respeito, a tolerância, a proteção e a valorização dos patrimônios histórico⁶, artístico⁷, religioso⁸ e de saberes⁹ territoriais, por meio da conscientização do “por quê” e “como” preservar;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas ações de sensibilização de turistas e de moradores que tenham como propósito o estímulo ao respeito, a tolerância, a proteção e a valorização dos patrimônios histórico, artístico, religioso e de saberes territoriais, por meio da conscientização do “por quê” e “como” preservar, porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas diversas e eficazes ações de sensibilização de turistas e de moradores que tenham como propósito o estímulo ao respeito, a tolerância, a proteção e a valorização dos patrimônios histórico, artístico, religioso e de saberes territoriais, por meio da conscientização do “por quê” e “como” preservar.

POLÍTICA

Articulação entre Poderes Locais/Regionais

(1) Não realiza: Não são realizadas ações de articulação entre os diferentes poderes, público e privado, secretarias e pastas, do território, visando: a ampliação da disponibilidade de recursos para o desenvolvimento do turismo; o combate à sobreposição de iniciativas análogas (como as de “qualificação profissional”) por diversas frentes; e a mitigação de conflitos e de problemas acarretados pelo distanciamento das discussões e estratégias dos múltiplos atores políticos locais/regionais;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas ações de articulação entre os diferentes poderes, público e privado, secretarias e pastas, do território, visando: a ampliação da disponibilidade de recursos para o desenvolvimento do turismo; o combate à sobreposição de iniciativas análogas (como as de “qualificação profissional”) por diversas frentes; e a mitigação de conflitos e de problemas acarretados pelo distanciamento das discussões e estratégias dos múltiplos atores políticos locais/regionais. Porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas diversas e eficazes ações de articulação entre os diferentes poderes, público e privado, secretarias e pastas, do território, visando: a ampliação da disponibilidade de recursos para o desenvolvimento do turismo; o combate à sobreposição de iniciativas análogas (como as de “qualificação profissional”) por diversas frentes; e a mitigação de conflitos e de problemas acarretados pelo distanciamento das discussões e estratégias dos múltiplos atores políticos locais/regionais.

Atenção às Demandas Sociais do Território e Envolvimento de Todos nos Processos Decisórios

(1) Não concede atenção: Não são viabilizados espaços democráticos de diálogo com representantes dos diversos atores locais¹⁰, para reconhecimento de suas reais demandas (materiais e simbólicas) – de curto, médio e longo prazos – e para envolvimento de todos no planejamento, na organização, na operacionalização, no monitoramento, na avaliação, e nos processos decisórios relativos ao turismo;

(2) Concede atenção parcial: São viabilizados alguns espaços de diálogo, porém pouco democráticos e pouco frequentes, com representantes dos diversos atores locais, para reconhecimento de suas reais demandas (materiais e simbólicas) – de curto, médio e longo prazos – e para envolvimento de todos no planejamento, na organização, na operacionalização, no monitoramento, na avaliação, e nos processos decisórios relativos ao turismo;

(3) Concede atenção total: São viabilizados, frequentemente, espaços democráticos de diálogo com representantes dos diversos atores locais, para reconhecimento de suas reais demandas (materiais e simbólicas) – de curto, médio e longo prazos – e para envolvimento de todos no planejamento, na organização, na operacionalização, no monitoramento, na avaliação, e nos processos decisórios relativos ao turismo.

Viabilização de Recursos para Pesquisas

(1) Não viabiliza recursos: Não são viabilizados recursos – financeiros, materiais, humanos, tecnológicos etc. – destinados ao desenvolvimento de pesquisas científicas que busquem contribuir com a sustentabilidade no turismo, por meio de estudos que analisem e monitorem os contextos (ambiental, social, econômico e cultural) do território, identifiquem problemas e apresentem alternativas/estratégias de melhorias;

(2) Viabiliza recursos, porém ainda de forma insuficiente: São viabilizados recursos – financeiros, materiais, humanos, tecnológicos etc. – destinados ao desenvolvimento de pesquisas científicas que busquem contribuir com a sustentabilidade no turismo, por meio de estudos que analisem e monitorem os contextos (ambiental, social, econômico e cultural) do território, identifiquem problemas e apresentem alternativas/estratégias de melhorias. Porém, ainda insuficientes, ou restritos a poucas pesquisas, diante da ampla necessidade territorial;

(3) Viabiliza recursos, de forma suficiente: São viabilizados múltiplos e suficientes recursos – financeiros, materiais, humanos, tecnológicos etc. – destinados ao desenvolvimento de pesquisas científicas que busquem contribuir com a sustentabilidade no turismo, por meio de estudos que analisem e monitorem os contextos (ambiental, social, econômico e cultural) do território, identifiquem problemas e apresentem alternativas/estratégias de melhorias.

TERRITORIAL

Balanceamento do Fluxo Turístico e Abertura de Novos Atrativos

(1) Não realiza: Não são realizadas ações de balanceamento do fluxo turístico territorial, a partir do estímulo à visitação de atrativos alternativos com potenciais histórico-culturais e ambientais, em regiões pouco exploradas e que carecem de desenvolvimento, como forma de evitar ou mitigar a saturação de destinos consolidados e, ao mesmo tempo, abrir espaço para participação de grupos marginalizados dos benefícios econômicos decorrentes do turismo;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas ações de balanceamento do fluxo turístico territorial, a partir do estímulo à visitação de atrativos alternativos, com potenciais histórico-culturais e ambientais, em regiões pouco exploradas e que carecem de desenvolvimento, como forma de evitar ou mitigar a saturação de destinos consolidados e, ao mesmo tempo, abrir espaço para participação de grupos marginalizados dos benefícios econômicos decorrentes do turismo. Porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas diversas e eficazes ações de balanceamento do fluxo turístico territorial, a partir do estímulo à visitação de atrativos alternativos, com potenciais histórico-culturais e ambientais, em regiões pouco exploradas e que carecem de

desenvolvimento, como forma de evitar ou mitigar a saturação de destinos consolidados e, ao mesmo tempo, abrir espaço para participação de grupos marginalizados dos benefícios econômicos decorrentes do turismo.

Atenuação dos Processos de Gentrificação

(1) Não realiza: Não são realizadas intervenções destinadas a atenuar processos excludentes e segregadores pautados na transformação e revitalização de centros urbanos (principalmente de espaços abandonados), que ampliam consideravelmente os custos de vida naquele local, marginalizam comunidades autóctones de baixa renda, descaracterizam bairros e contribuem com a supressão da identidade local;

(2) Realiza parcialmente: São realizadas algumas intervenções destinadas a atenuar processos excludentes e segregadores pautados na transformação e revitalização de centros urbanos (principalmente de espaços abandonados), que ampliam consideravelmente os custos de vida naquele local, marginalizam comunidades autóctones de baixa renda, descaracterizam bairros e contribuem com a supressão da identidade local. Porém, insatisfatórias e/ou pouco expressivas;

(3) Realiza totalmente: São realizadas múltiplas e eficazes intervenções destinadas a atenuar processos excludentes e segregadores pautados na transformação e revitalização de centros urbanos (principalmente de espaços abandonados), que ampliam consideravelmente os custos de vida naquele local, marginalizam comunidades autóctones de baixa renda, descaracterizam bairros e contribuem com a supressão da identidade local.

Investimentos em Infraestrutura Básica e Aperfeiçoamento dos Sistemas Públicos

(1) Não realiza: Não é realizado nenhum investimento público em áreas que afetam diretamente a melhoria da qualidade de vida da população residente. Exemplos: melhoria da infraestrutura básica (saneamento, transporte, energia, telecomunicação); aperfeiçoamento dos sistemas públicos (saúde, educação, transporte, abastecimento de água);

(2) Realiza parcialmente: São realizados alguns investimentos públicos em áreas que afetam diretamente a melhoria da qualidade de vida da população residente. Exemplos: melhoria da infraestrutura básica (saneamento, transporte, energia, telecomunicação); aperfeiçoamento dos sistemas públicos (saúde, educação, transporte, abastecimento de água). Porém, insatisfatórios, ineficazes e/ou pouco expressivos;

(3) Realiza totalmente: São realizados diversos e eficazes investimentos públicos em áreas que afetam diretamente a melhoria da qualidade de vida da população residente. Exemplos: melhoria da infraestrutura básica (saneamento, transporte, energia, telecomunicação); aperfeiçoamento dos sistemas públicos (saúde, educação, transporte, abastecimento de água).

TECNOLÓGICA

Desenvolvimento Tecnológico para o Turismo

(1) Não desenvolve: Não são desenvolvidas novas tecnologias capazes de contribuir diretamente com a melhoria do turismo no território, tais como: disponibilização de *tours* virtuais (vídeos em 360°); ampliação dos pontos de acesso livre à internet (*wifi*) e da qualidade da rede móvel (Tecnologia 5G); controle inteligente da capacidade de carga de um atrativo; aplicativos de compras, de reservas e de aluguéis (ingressos para shows, tickets de metrô, bicicletas rotativas, etc.); aplicativos de orientação sobre pontos de visitação (localização, horários, fluxo de turistas); aplicativos de rastreamento da COVID-19 e variantes (pessoas e estabelecimentos); plataformas digitais para acesso a dados (Big Data); utilização de códigos QR; reservas e outros serviços por tecnologia de reconhecimento de voz; utilização de *softwares* inteligentes de conversa (*chatbots*); utilização de técnicas de otimização para mecanismos de buscas (*Search Engine Optimization – SEO*); dentre outros;

(2) Desenvolve parcialmente: São desenvolvidas algumas poucas novas tecnologias capazes de contribuir diretamente com a melhoria do turismo no território, tais como: disponibilização de *tours* virtuais (vídeos em 360°); ampliação dos pontos de acesso livre à internet (*wifi*) e da qualidade da rede móvel (Tecnologia 5G); controle inteligente da capacidade de carga de um atrativo; aplicativos de compras, de reservas e de aluguéis (ingressos para shows, tickets de metrô, bicicletas rotativas, etc.); aplicativos de orientação sobre pontos de visitação (localização, horários, fluxo de turistas); aplicativos de rastreamento da COVID-19 e variantes (pessoas e estabelecimentos); plataformas digitais para acesso a dados (Big Data); utilização de códigos QR; reservas e outros serviços por tecnologia de reconhecimento de voz; utilização de *softwares* inteligentes de conversa (*chatbots*); utilização de técnicas de otimização para mecanismos de buscas (*Search Engine Optimization – SEO*); dentre outros. Porém, ainda pontuais, insatisfatórias, ineficazes e/ou pouco expressivas;

(3) Desenvolve totalmente: São desenvolvidas múltiplas novas tecnologias capazes de contribuir diretamente com a melhoria do turismo no território, tais como: disponibilização de *tours* virtuais (vídeos em 360°); ampliação dos pontos de acesso livre à internet (*wifi*) e da qualidade da rede móvel (Tecnologia 5G); controle inteligente da capacidade de carga de um atrativo; aplicativos de compras, de reservas e de aluguéis (ingressos para shows, tickets de metrô, bicicletas rotativas, etc.); aplicativos de orientação sobre pontos de visitação (localização, horários, fluxo de turistas); aplicativos de rastreamento da COVID-19 e variantes (pessoas e estabelecimentos); plataformas digitais para acesso a dados (Big Data); utilização de códigos QR; reservas e outros serviços por tecnologia de reconhecimento de voz; utilização de *softwares* inteligentes de conversa (*chatbots*); utilização de técnicas de otimização para mecanismos de buscas (*Search Engine Optimization – SEO*); dentre outros.

Considerações Finais

O desafio da concepção de um instrumento orientador de planejamento turístico que consiga abranger, em suas múltiplas dimensões de análise, elementos fundamentais da sustentabilidade, está no exercício de conseguir englobar numerosas e relevantes discussões nos campos social, ambiental, cultural, econômico, que influem diretamente nos processos decisórios de um território. Sem dúvida, esta primeira proposta da “*Mandala da sustentabilidade no turismo*” ainda carece de debates abertos com representantes da comunidade acadêmica e da comunidade turística e, claro, de futuras implementações e correções.

De toda forma, diante do objetivo maior de estimular a reflexão sobre a Sustentabilidade nos processos de desenvolvimento turístico dos territórios, contribuindo para a adoção de políticas públicas mais eficazes e éticas para o bem comum, entende-se que foi dado o pontapé inicial. Dentre outras coisas, pela viabilização de um instrumento de orientação que busca percorrer as dimensões fundamentais para se pensar o turismo a partir dos pressupostos da sustentabilidade.

Vale reforçar que o contexto de pandemia aponta para a necessidade imediata de novas iniciativas e estratégias que sejam, ao mesmo tempo, encorajadoras de ressignificação do turismo (não apenas pela vertente econômica, mas entendendo-o como um fenômeno social complexo que pode contribuir notoriamente com o desenvolvimento de uma região), e críticas (quanto aos impactos e consequências da ampliação da prática turística em um território).

Referências

- Abramovay, R. (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Ed. Abril.
- Baudin, M. (2009). *Le développement durable: nouvelle idéologie du XXI siècle?* Paris: L'Harmattan.
- Beni, M.C. (2003). Como certificar o turismo sustentável? *Revista Turismo em Análise*, 14 (02), 5-16. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v14i2p5-16>
- Beni, M.C. (2020). Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 14 (2), 1-8. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>
- Boff, L. (2017). *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Boff, L. (2011). *Sostenibilidad: ¿adjetivo o sustantivo?* Recuperado em 10 janeiro 2022 de <https://www.servicioskoinonia.org/boff/articulo.php?num=439>
- Bourdieu, P. (1983). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Ortiz, R. (Org.) São Paulo: Ática, 191 p.
- Cavalcanti, C. (2012a). Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. *Estudos Avançados*, 26 (74).

- Cavalcanti, C. (2012b). Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza. . In Lena, P., & Nascimento, E.P. *Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 185-204.
- Clark, W.C., & Harley, A.G. (2020). Sustainability Science: Toward a Synthesis. *Annual Review of Environment and Resources*, 45, 331-386.
- Clarke, J. (1997). A framework of approaches to sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*. 5(3).
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD]. (1991). *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Cooper, C.P., & Ozdil, I. (1992). From mass to responsible tourism. The Turkish Experience. *Tourism Management*, 377-386.
- Costa, H.A. (2009). *Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empresas no roteiro integrado Jericoacoara – Delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses*. [Tese de doutoramento, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília]. Repositório Aberto da Universidade de Brasília.
- Costa, H.A. (2013). *Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Crespo, S. *O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade?* Rio de Janeiro: ISER/VOX.
- Daly, H.E. (2004). Crescimento Sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*, VII(2).
- Daly, H., & Cobb, C. W. (1989). *For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future*. Boston: Beacon Press.
- Delmas, M.A., & Burbano, V.C. (2011). The Drivers of Greenwashing. *California Management Review*, 54(1), Special Issue: Environmental Management and Regulatory Uncertainty, 6-87.
- Dias, R. (2008). *Turismo sustentável e meio ambiente*. 1. Ed. São Paulo: Atlas.
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. 1ª ed. Editora John Wiley and Sons Ltd.
- Enríquez, M.A. (2010). *Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Faucheux, S., & Noël, J.F. (1995). *Economia dos recursos naturais e do meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gerhardt, T.E., & Silveira, D.T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil. Editora da UFRGS.
- Gil, A.C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Goldenberg, M. (1999). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record.

Hunter, C. (2002). Aspects of the sustainable tourism debate from a natural resources perspective. In Harris, R., Griffin, T., & Wall, G. (eds). *Sustainable Tourism: a global perspective*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 3-33.

International Centre For Responsible Tourism [ICRT]. (2014). *Responsible Tourism: taking responsibility for tourism*. Recuperado em 20 janeiro 2022 de <http://www.icrtourism.org/responsible-tourism/>

Irving, M.A., Rodrigues, C.G.O., Rabinovici, A., & Costa, H.A. (2015). *Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.

Kilipiris, F., & Zardava, S. (2012). *Developing sustainable tourism in a changing environment: issues for the tourism enterprises (travel agencies and hospitality enterprises)*. Elsevier: Social and Behavioral Sciences, 44, 44- 52.

Krippendorf, J. (2001). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.

Latouche, S. (2006). *Le pari de la Décroissance*. Paris: Fayard.

Leiper, N. (1995). Environmental impacts and ecosystems for tourism. *Tourism Management*, TAFE Publications, Melbourne.

Liu, Z. (2003). Sustainable tourism development: a critique. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(06).

Machado, V.F. (2005). *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio 92*. [Tese de doutoramento em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília]. Repositório Aberto da Universidade de Brasília.

Marquardt, B. (2006). Historia de la sostenibilidad. Un concepto medio-ambiental en la historia de Europa central (1000-2006). *Historia Crítica*, 32, 172-197.

Martinez-Alier, J. (2012). Justiça ambiental e decrescimento econômico. In Lena, P. & Nascimento, E.P. *Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

McCool, S.F., & Bosak, K. (Ed.) (2016). *Reframing Sustainable Tourism*. Serie Environmental Challenges and Solutions. Ed. 1, Dordrecht: Springer.

Meler, M., & Ham, M. (2012). Green Marketing for Green Tourism. *Tourism & Hospitality Management*, 130-139.

Messias, F.B., & Nascimento, E.P. (2020). A economia criativa na arena da sustentabilidade. *Pos, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP*. São Paulo, 27(50).

- Minayo, M.C.S. (2001). *Pesquisa social: Teoria método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moesch, M.M. (2004). *Epistemologia social do turismo*. Tese (doutorado). Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Molina, E.S. (1998). *Turismo y Ecologia*. Trilhas.
- Nascimento, E.P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26 (74).
- Nascimento, E.P., & Costa, H.A. (2010). Sustainability as a new political Field. *Cahiers do IIRPC*, n. especial, 51-8.
- Nobre, M., & Amazonas, M. (Org.). (2002). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: Ed. Ibama.
- Olson, M. (1999). *A Lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 201p.
- O'riordan, T. (1993). The politics of sustainability. In: TURNER, K.R. (Org.) *Sustainable environmental economics and management: principles and practice*. London: Bethaven.
- Pagotto, É.L. (2013). *Greenwashing: os conflitos éticos da propaganda ambiental*. [Dissertação de Mestrado em Ciências pela Universidade de São Paulo – USP]. Repositório aberto da Universidade de São Paulo.
- Pearce, D. et al. (1989). *Blueprint for a green economy*. London: Earthscan.
- Pearse, G. (2012). *Greenwash: Big Brands and Carbon Scams*. Collingwood, Vic.: Black Inc.
- Redclift, M. (1987). *Sustainable Development: exploring the contradictions*. London: Routledge; New York: Methuen.
- Revista Exame. (2011). *Marina Silva aponta os 7 pilares da sustentabilidade*. Recuperado em 20 janeiro 2022 de <https://exame.com/mundo/marina-silva-aponta-os-7-pilares-da-sustentabilidade/>
- Richardson, D. (1997). The politics of sustainable development. In: Baker, S. et al. (Org.). *The politics of sustainable development: theory, policy and practice within the European Union*. London: Makron Books.
- Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121-1140.
- Sachs, I. (2007). *Rumo à socioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.
- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sachs, I. (2009). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knop.

- Sengupta, A. (2002). Official Development Assistance – The Human Rights Approach. In: *Economic and Political Weekly*, April 13, 1424-1436.
- Sharpley, R. (2000). Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(1).
- Solow, R. (1974). The economics of resources or the resources of economics. *American Economic Review*, 64(2), papers and proceedings, maio, 01-14.
- Solow, R. (1993). An Almost Practical Step Toward Sustainability. *ResourcePolicy*, UK, Elsevier, 19(3), 162-172.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável, conceitos e impacto ambiental*. v.1. São Paulo: Aleph. (Série Turismo).
- Tasso, J.P.F. (2014). *À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros*. [Tese de doutoramento em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília]. Repositório Aberto da Universidade de Brasília.
- Tasso, J.P.F., Moesch, M.M., & Nóbrega, W.R.M. (2021). Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 15 (1), p. 2141, jan./abr. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2141>
- Valls, J.F. (2006). *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Rio de Janeiro: FGV.
- Veiga, J.E. (2019). *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac.
- Veiga, J.E., & Issberner, L.R. (2012). Decrescer crescendo. In Lena, P., & Nascimento, E.P. *Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Wackermann, G. (2008). *Le développement durable*. Paris: Ellipses.
- Wackernagel, M., & Rees, W. (1996). *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*. Philadelphia, PA: New Society Publishers.

Autores

João Paulo Faria Tasso: Bacharel em Turismo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). Líder do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS). E-mail: jpfariatasso@gmail.com.

Elimar Pinheiro do Nascimento: Sociólogo, doutor pela Université René Descartes, Paris V, e professor permanente dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), e do Centro de Ciências Ambientais e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Email: elimarcds@gmail.com

Notas

¹ Vide o Filme “Seaspiracy” (Netflix).

² Segundo Pillet (1993 apud Enríquez, 2010), dentre as limitações de se utilizar o PIB como medida de desenvolvimento, destaca-se a contabilização de atividades mercantis apenas, deixando de fora, por exemplo, os serviços ecossistêmicos gratuitos, os custos ecológicos da utilização excessiva dos recursos, e os produtos ecológicos – como o ar puro e a água potável – utilizados e consumidos fora do mercado.

³ Há ambientalistas renomadas, como Marina Silva, que utiliza mais dimensões, como a da ética e a da estética, em suas intervenções públicas (Revista Exame, 2011), em que se poderia acrescentar a dimensão tecnológica.

⁴ Bens culturais tombados, tangíveis, divididos entre “móveis” (como acervos museológicos, fotográficos etc.) e “imóveis” (como sítios arqueológicos, cidades históricas etc.).

⁵ Bens culturais tombados, intangíveis, representados por práticas, expressões e conhecimentos manifestados por ofícios, modos de fazer, saberes, formas de expressão (plástica, cênica, musical, etc.), dentre outros.

⁶ Expressa a trajetória de um território, de uma cultura, de um povo. Exemplos: monumentos, edifícios (como a “Estação da Luz”, em São Paulo), ruínas, dentre outros.

⁷ Expressa, por meio de obras e objetos, uma identidade cultural marcante. Exemplos: imagens sacras, azulejos, tapeçaria, estátuas (como os “Doze Profetas”, em Minas Gerais), dentre outros.

⁸ Expressa a fé, a partir de festividades (como a “Festa do Divino Espírito Santo”, em Goiás), orações, cantos, dentre outros.

⁹ Expressa os saberes próprios de um povo, representado pela forma de realização de um trabalho, de construção de um objeto, de preparação de uma iguaria gastronômica (como o “Ofício das Baianas do Acarajé, na Bahia”), dentre outros.

¹⁰ Sociedade civil, setor produtivo (empresários), terceiro setor, poder público, dentre outros interessados.